



massa CRÍTICA

Ano_XVII • Edição_77 • AGO_202

**instituto
PACS**

Periódico de análises
do Instituto Políticas
Alternativas para o Cone Sul



Qual o preço do Desenvolvimento?

Questionamos e queremos respostas: “Licença pra quê?”

Flávio Rocha, morador do bairro de Santa Cruz, pesquisador, professor e integrante do Coletivo Martha Trindade.

Qual é o empreendimento? Quem é a CSA/TKCSA e agora TERNIUM?

A implementação da produção de aço na cidade do Rio de Janeiro é recente, faz quinze anos que Santa Cruz foi invadida pelo canteiro de obras da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), um complexo siderúrgico alemão que tentou instalar-se anteriormente em São Luís no Maranhão no início dos anos 2000, mas enfrentou resistências da sociedade civil.

O empreendimento encontrou abrigo no referido bairro, que localiza-se na Zona Oeste da cidade. A região é historicamente marcada pela presença da agricultura e pesca, em contraste com uma crescente industrialização desde a década de 1970. Santa Cruz é também uma localidade que registra o quarto menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Rio de Janeiro e o menor da Zona Oeste, segundo o Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Além disso,

conta com o maior contingente de negros, somando pretos e pardos, entre todos os bairros, o que equivale a 65% de sua população.

Em 2006, a ThyssenKrupp, grupo alemão controlador da CSA junto à Vale S.A, recebeu do Estado brasileiro o equivalente a 1,5 hectares de Mata Atlântica para construir o que seria a maior siderúrgica em produção da América Latina. A área contava com a presença de 75 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foram removidas do local para dar lugar à empresa. No mesmo terreno, um manguezal foi desmatado em nome de uma nova lógica de progresso que passaria a ser pregada na região: “o aço em todos os lugares”, literalmente.

Para operar, as corporações acionistas da usina receberam uma série de isenções fiscais do Governo do Estado do Rio de Janeiro e investimentos federais via BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) – R\$1,4 bilhões. As isenções vieram a partir de um programa voltado para a atração de investimentos estruturantes – RioInvest, ainda no governo de Rosinha Garotinho (PSB – 2003 – 2007), enquanto os investimentos federais vieram com o intuito de incentivar a ThyssenKrupp a comprar máquinas e equipamentos nacionais. Todo esse complexo custou aproximadamente R\$12 bilhões ao grupo alemão, sendo o maior investimento da empresa na América

Latina (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014).

A siderúrgica, formada por coquearia, usina de placas, altos-fornos, aciaria, termoelétrica para geração de 490 MW de energia elétrica, fábrica de cimentos, pátio de preparação de escórias, ramal ferroviário, porto e píer na Baía de Sepetiba, entre outros componentes de usina integrada, foram inaugurados em 18 de julho de 2010. A proximidade com a Baía de Sepetiba foi uma escolha estratégica, por ser um local que conta com 400 outros empreendimentos industriais no entorno e que possui fácil acesso para o Oceano Atlântico, possibilitando o escoamento de produtos e *commodities* (TOLENTINO; SOARES, 2004). A baía herda, até os dias atuais, passivos ambientais de produções industriais da década de 1990, especialmente da Ingá Mercantil¹.

O licenciamento ambiental da CSA também foi extremamente controverso, visto que todo empreendimento possivelmente danoso ao meio ambiente, segundo o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), deve passar por um rito de três etapas no Licenciamento Ambiental. A primeira delas é a Licença Prévia (LP), seguido pela Licença de

¹ Foi o acidente ambiental ocorrido em 1996, quando o dique que armazenava resíduos contendo metais pesados transbordou, contaminando a baía, que se transformou no que podemos chamar de “caso”.² A água da baía tingida pela lama tóxica ficou conhecida pela denominação de “maré vermelha”(LOPES, 2004).

Instalação (LI) e, por último, a Licença de Operação (LO). Na época, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais) delegou a responsabilidade pelo licenciamento da usina ao INEA (Instituto Estadual do Meio Ambiente), instituição que permitiu o início da operação da usina apenas com a LI.

Como isso foi feito? Como a empresa funciona sem uma Licença de Operação? Primeiro o INEA permitiu o funcionamento por 90 dias em uma fase de pré-operação, que foi prorrogada para 210 dias. E após algumas prorrogações, o INEA assinou um instrumento “legal” que dava algumas condicionantes para a continuidade da operação da CSA. Assim, surgia naquele momento o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), documento que obriga a empresa que cometer irregularidades ambientais a cumprir uma série de medidas definidas em um cronograma (ACSELRAD, 2004).

**“Como isso foi feito?
Como a empresa funciona
sem uma Licença de
Operação?”.**

O TAC da ThyssenKrupp durou até o ano de 2016. Durante a vigência desse documento, algumas das medidas compensatórias e mitigató-

rias realizadas pela empresa foram suficientes para criar uma legitimidade e neutralizar algumas críticas da sociedade civil. Por outro lado, a empresa ficou durante os seis anos de TAC sem poder atingir sua capacidade máxima e sem poder vender a usina para qualquer outro grupo corporativo.

Entre as exigências do documento que foram efetivamente cumpridas, estavam obras de infraestrutura como: construção de escolas em Santa Cruz e no município de Itaguai, reforma no Hospital Pedro II, reforma da clínica da família, construção de ciclovia e financiamento de projetos de assistência social, educação, esporte e lazer.

Apesar de editar um jornal gratuito para a população da Zona Oeste, esse acabou servindo como uma forma da empresa se autopromover para a população, construindo uma legitimidade frente aos moradores. Rodrigo Viegas e Lívia Mendes (2017) analisaram o jornal e notaram que a empresa deixa de informar sobre as multas, sobre o motivo da existência do jornal, sobre o TAC e transfere ainda as responsabilidades dos problemas ambientais para a população.

Ao fim da obrigatoriedade do TAC, em 2016, o INEA concedeu a Licença de Operação para a CSA, permitindo finalmente a venda da usina para outro grupo empresarial. Em 2017, o grupo ítalo-argentino Ter-



nium, dono também da Usiminas, assumiu o comando da Companhia Siderúrgica do Atlântico, por R\$ 4,9 bilhões – um valor abaixo do que foi investido inicialmente, e a siderúrgica foi adquirida com uma licença válida até setembro de 2021. Ao obter o empreendimento, os novos gestores herdaram as diversas denúncias que eram mobilizadas nos últimos anos pela sociedade civil.

Além disso, devemos questionar: por que a ThyssenKrupp e a Vale S.A. livraram-se das responsabilidades apenas com a venda do empreendimento? Será que os dez anos de violações deveriam ficar impunes somente por uma troca de gestão? Afinal, os impactos não foram causados apenas pela usina, mas sim por seus gestores que desrespeitaram as leis ambientais e a saúde da população vizinha do empreendimento.

Denúncias e violações: problemas para além do licenciamento

Os problemas entre Santa Cruz e CSA não se limitaram ao licenciamento ambiental. Quando a usina ainda estava em construção, a empresa desviou o curso dos canais da região, que deixaram de desaguar na Baía de Sepetiba. Essa mudança fez com que a quantidade de peixes fosse reduzida, impactando significativamente a atividade pesqueira. As obras também fizeram com que o nível dos rios subisse, causando inundações nos conjuntos habitacionais e fazendo com que diversas pessoas perdessem seus objetos pessoais.

Os impactos sobre as águas causaram revolta aos pescadores, que foram um dos primeiros atores sociais a perceber os impactos da CSA em

Santa Cruz. Ao começar a operar, a indústria começou a despejar materiais poluentes nos canais e na Baía de Sepetiba, causando mortalidade nos peixes. Não sendo o suficiente, a AEDIN (Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz), encabeçada, na época, pela ThyssenKrupp, construiu uma soleira submersa², uma espécie de barragem no canal de São Francisco, impedindo a passagem de algumas embarcações e prejudicando mais uma vez a pesca.

As inundações mencionadas ocorreram no conjunto habitacional São Fernando, entre 2006 e 2012. A empresa atribuiu as enchentes a problemas estruturais, alegando que os conjuntos foram construídos abaixo do nível do mar. Mesmo no esforço de se isentar de culpa, a ThyssenKrupp enviou colchonetes e bombas de drenagem à localidade e assinou um acordo com o INEA para construir uma estação de tratamento de esgoto no conjunto. Uma correção a um erro que poderia ter sido evitado.

A ThyssenKrupp também foi denunciada por problemas relacionados a uma ferrovia que passa próximo às casas de Santa Cruz. A via utilizada para transporte de minério de ferro, entre outros commodities, o trem que circula na região causa

vibrações nas moradias vizinhas do empreendimento, impactando a infraestrutura das construções. Constantemente, algumas moradoras anexam novas fotos de rachaduras e quedas do teto de suas casas aos processos judiciais que mobilizam a CSA.

Por último, cabe o destaque à “chuva de prata”, o problema mais conhecido e que deu maior visibilidade ao caso TKCSA para o Brasil e para o mundo. Em julho de 2010, com a autorização para o funcionamento do 2º alto-forno, Santa Cruz ficou banhada em fuligem preta. Esse episódio repetiu-se por outras duas vezes: em dezembro de 2010 e em outubro de 2012. O fenômeno causou e agravou problemas respiratórios e dermatológicos da população vizinha, além de motivar a abertura de novos processos judiciais contra a siderúrgica.

Na época, a sociedade civil teve o amparo da Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, parlamento alemão, Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, entre outros. As instituições deram projeção internacional ao caso, com audiências públicas, produção de materiais de denúncia, pesquisas e laudos.

A autorização para funcionamento do 2º alto-forno rendeu ao então governador Sérgio Cabral Filho (MDB)

² Uma estrutura formada por estacas de metal que atuam no represamento da água salgada, prejudicial à produção industrial.

uma ação do Ministério Público Estadual por improbidade administrativa, em 2016. Além disso, a chuva de prata de 2012 foi a mais marcante e agressiva, fazendo com que uma quantidade significativa de moradores da região se mobilizasse em praça pública e frente a deputados de forma crítica à usina.

Em diversas conversas com moradores na região, foi possível perceber um tom crítico à operação da siderúrgica em Santa Cruz. Até mesmo os indiferentes ao empreendimento relataram algum problema respiratório ou dermatológico ocasionado pela operação industrial no bairro. Ao mesmo tempo, relatam a dificuldade em receber diagnósticos das clínicas da família, hospital ou qualquer outra instituição de saúde de Santa Cruz.

A série de denúncias incentivou a população local, junto às organizações parceiras, a iniciar uma nova campanha, uma nova forma de se mobilizar. Houve uma aproximação da FIOCRUZ na mobilização dos pescadores, moradores e jovens de Santa Cruz. Desse modo, os representantes da organização orientaram a iniciar um processo chamado “Vigilância Popular em Saúde”, com o intuito de gerar dados sobre a qualidade do ar na região - uma vez que a própria CSA era - e ainda é - responsável pelas aferições oficiais enviadas ao Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA).

O projeto de Vigilância Popular em Saúde iniciou em junho de 2016. Para a realização das medições da qualidade do ar, foram escolhidos cinco jovens do bairro de Santa Cruz, que seriam responsáveis por manusear os aparelhos e registrar os dados obtidos por estes. O grupo de jovens que formou-se em Santa Cruz ganhou o nome de Coletivo Martha Trindade, em homenagem moradora da região, auxiliar de enfermagem e líder negra que denunciava a operação da Companhia Siderúrgica do Atlântico. Martha Trindade faleceu em 2013 em decorrência de problemas respiratórios que ocasionaram paradas cardíacas. A moradora foi a primeira a denunciar e chamar a imprensa para relatar a chuva de prata em Santa Cruz.

Na época, foi organizada uma oficina que ocorreu no Maranhão, junto com outro coletivo de jovens que faria o mesmo processo, no bairro de Piquiá de Baixo, em Açailândia. O intuito do encontro foi trocar experiências, conhecer contextos impactados por siderurgia e mineração e aprender coletivamente sobre as metodologias de aferição atmosférica.

Assim, após o retorno ao Rio de Janeiro, foi realizada a medição da qualidade do ar, nos meses de novembro e dezembro de 2016 e janeiro de 2017. Esta primeira rodada mostrou que os níveis de poluição do ar em Santa Cruz estavam aci-

ma dos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No entanto, o coletivo decidiu realizar uma nova rodada de aferições, visto que os meses da primeira rodada foram chuvosos, o que influenciou no resultado obtido.

Dessa forma, a segunda rodada foi agendada para os meses de maio, junho e julho de 2017, período em que o Coletivo Martha Trindade contou com a entrada de novas pessoas no processo. As médias finais obtidas foram três vezes maiores que as registradas na primeira rodada da campanha de aferições. Nesse sentido, foram organizadas distintas formas de devolutivas dos resultados obtidos à sociedade: palestras em eventos³, relatório⁴, artigo científico⁵ e conteúdos jornalísticos⁶.

³ Encontro organizado pelo PACS em parceria com organizações de outros países da América Latina para debater estratégias de monitoramento ambiental e divulgar os resultados da Vigilância Popular em Saúde <<https://rosalux.org.br/as-lutas-que-educam-coletivos-latino-americanos-juntam-forças-frente-aos-grandes-projetos/>>

⁴ Relatório Final da Vigilância Popular em Saúde <<http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Relat%C3%B3rio-Final-Final.pdf>>

⁵ Artigo sobre o processo de Vigilância Popular em Saúde, elaborado por Leandro Carvalho, Renan Finamore e Flávio Rocha <<https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/vigilancia-popular-ambiental-e-siderurgia-as-experiencias->

⁶ Programa “Sala de Convidados” – Vigilância Popular em Saúde – Canal Saúde - <<https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/vigilancia-popular-em-saude-SDC-0407>>. Exibido em: 26/09/2017.

Licença pra quê? Mudança de gestão e mesmos problemas

Ainda em 2018, no contexto eleitoral brasileiro, candidatos e candidatas ao legislativo estadual e federal e ao executivo assinaram uma carta de compromisso com o combate às violações de direitos cometidos pela siderúrgica em Santa Cruz⁷, considerando que a empresa Ternium comprou a referida usina em 2017, herdando as denúncias e processos mobilizados pela antiga administradora. Mesmo não havendo um Termo de Ajustamento de Conduta, os novos gestores da CSA mantiveram os projetos sociais da ThyssenKrupp e criaram novos projetos sociais, principalmente ligados à educação e ao esporte e lazer.

Os projetos não são realizados por benevolência da empresa. Essa prática é comumente chamada de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), muito comum em áreas que recebem megaempreendimentos industriais. Geralmente as próprias empresas realizam um estudo que busca mapear os riscos sociais (ACSELRAD, GIFONI, 2009), ou seja, possíveis críticas, atores politizados, movimentos sociais contrários,

⁷ Assinaram: Eliomar Coelho (PSOL), Renato Cinco (PSOL), Marcelo Freixo (PSOL), Chico Alencar (PSOL), Dani Monteiro (PSOL), Flávio Serafini (PSOL), Reimont (PT), Renata Souza (PSOL), Talíria Petrone (PSOL), Sérgio Ricardo (PSOL), Cíntia Teixeira (PSOL), Mônica Francisco (PSOL), Tatiana Roque (PSOL), Luciana Boiteaux (PSOL), Tainá de Paulo (PCdoB), Zé Maria (PT), Tarcísio Motta (PSOL) e Márcia Tiburi (PT).



entre outros elementos que podem gerar prejuízos à imagem da empresa.

Nesse sentido, a empresa busca uma licença social para obter uma legitimidade na região em que está inserida, tendo em vista que a licença obtida pelo empreendimento em 2016 tem validade até setembro de 2021 e, por isso, seus responsáveis precisam garantir uma boa imagem da usina com a população, para que não perca a possibilidade de renovação.

Verifica-se que a Ternium tem um perfil mais “gastador”, leva a sério o seu slogan “Indústria e Comunidade crescendo juntas”. Oferece prêmios por excelência no estudo em escolas públicas, aulas de instrumentos musicais, bolsa de estudos em uni-

versidades privadas e possui até parceria com a organização não-governamental local, “Ser Cidadão”, onde financia o pré-vestibular social e promove a “mostra de profissões”. Cabe um destaque ao 10K Ternium, uma maratona realizada no bairro, em que o dinheiro arrecadado seria utilizado para a compra de um aparelho de ultrassonografia que seria doado a uma policlínica de atenção básica da prefeitura do Rio de Janeiro.

Percebe-se que a administração pública é conivente com a presença do empreendimento e tem um compromisso com a renovação da licença de operação da usina. Considera-se que o provimento de infraestrutura, saúde e educação pública são de responsabilidade do Estado, mas mesmo assim há uma permis-

são proposital em forma de “ausência” para que a empresa cumpra uma função de administradora da região.

Portanto, questionando todas as violações provocadas pela CSA desde o seu primeiro passo em 2006 e considerando o processo de renovação da Licença de Operação, o Instituto PACS, o Coletivo Martha Trindade e diversas organizações e movimentos sociais que apoiam a crítica direcionada a siderúrgica iniciaram a campanha “Licença pra quê?”. Cabe mencionar que os parceiros são: Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV), Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), Instituto entre outros elementos que podem gerar prejuízos à imagem da empresa.

Em consonância, a empresa busca uma licença social para obter uma legitimidade na região em que está inserida, tendo em vista que a licença obtida pelo empreendimento em 2016 tem validade até setembro de 2021 e, por isso, seus responsáveis precisam garantir uma boa imagem da usina com a população, para que não perca a possibilidade de renovação.

Verifica-se que a Ternium tem um perfil mais “gastador”, leva a sério o seu *slogan* “Indústria e Comunidade crescendo juntas”. Oferece prêmios por excelência no estudo em escolas públicas, aulas de instrumentos musicais, bolsa de estudos em universidades privadas e possui até parceria com a organização não-governamental local, “Ser Cidadão”, onde financia o pré-vestibular social e promove a “mostra de pro-

Foto: Instituto Pacs



fissões”. Cabe um destaque ao 10K Ternium, uma maratona realizada no bairro, em que o dinheiro arrecadado seria utilizado para a compra de um aparelho de ultrassonografia que seria doado a uma policlínica de atenção básica da prefeitura do Rio de Janeiro.

Percebe-se que a administração pública é conivente com a presença do empreendimento e tem um compromisso com a renovação da licença de operação da usina. Considera-se que o provimento de infraestrutura, saúde e educação pública são de responsabilidade do Estado, mas mesmo assim há uma permissão proposital em forma de “ausência” para que a empresa cumpra uma função de administradora da região.

Portanto, questionando todas as violações provocadas pela CSA desde o seu primeiro passo em 2006 e considerando o processo de renovação da Licença de Operação, o Instituto PACS, o Coletivo Martha Trindade e diversas organizações e movimentos sociais que apoiam a crítica direcionada a siderúrgica iniciaram a campanha “Licença pra quê?”⁹. Cabe mencionar que os

parceiros são: Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV), Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), Instituto Internacional Arayara, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

A campanha tem o objetivo de cobrar do poder público o cumprimento dos requisitos necessários para a empresa renovar a licença, considerando que muitas das exigências ambientais não são cumpridas⁹. Na mesma medida, busca-se incidir no processo de renovação do licenciamento que ocorrerá em setembro de 2021.

Na referida iniciativa, realizou-se uma campanha massiva nas redes sociais, com vídeos, fotografias, textos jornalísticos¹⁰, pesquisa e eventos de discussões online - considerando o contexto da pandemia. Para isso, foi criado um material de incentivo às organizações participantes da campanha, servindo como um manual para estes colaboradores. Há incentivo à produção de conteúdo, compartilhamento das publicações nas redes sociais, criação de redes com jornalistas e imprensa tradicional, alternativa ou comunitária - visibilidade é sempre bem-vinda. Além disso, há uma chamada para assinar a carta de adesão à campanha, para proposta de ações coletivas e mobilização do poder público.

⁹ Veja mais em: <https://diplomatie.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/>

¹⁰ Veja mais em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/608450-licenca-pra-que-campanha-questiona-o-processo-de-renovacao-da-licenca-da-siderurgica-ternium-csa>

⁸ Vídeo da campanha <<https://www.youtube.com/watch?v=QcffeTqhEHQ&feature=youtu.be>>

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. De “botas foras” e “zonas de sacrifício” - um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro. 2004: Relume Dumará, 2004.

LOPES, J. S. L. A ambientalização dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

TOLENTINO, J.; SOARES, J. L. DE O. Companhia Mercantil e Industrial Ingá: ‘A bomba de Itaguaí. In: ACSELRAD, H. Conflito Social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 196–226.

VIÉGAS, R. N.; MENDES, L. S. O jornalismo feito para a comunidade e inserido no “novo espírito do capitalismo”: um estudo de caso do jornal Alô Comunidade. Intercom - RBCC, v. 40, n. 2, p. 111–128, 2017.

VIÉGAS, R. N.; PINTO, R. G.; GARZON, L. F. N. Negociação e acordo ambiental: O termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.